

BOLETIM 272

Brasília, 11 de janeiro de 2017

Inflação oficial fecha 2016 em 6,29%, diz IBGE

O Índice de Preços ao Consumidor - Amplo (IPCA), a inflação oficial do país, ficou em 0,3% em dezembro, o menor para o mês desde 2008, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta quarta-feira (11). Com isso, o indicador fechou o ano de 2016 em 6,29%, a mais baixa desde 2013.

Pelo sistema que vigora no Brasil, a meta central para 2016 era de 4,5%, mas, com o intervalo de tolerância existente, o IPCA poderia oscilar entre 2,5% e 6,5%, sem que a meta fosse formalmente descumprida. Em 2015, o índice havia avançado 10,67%.

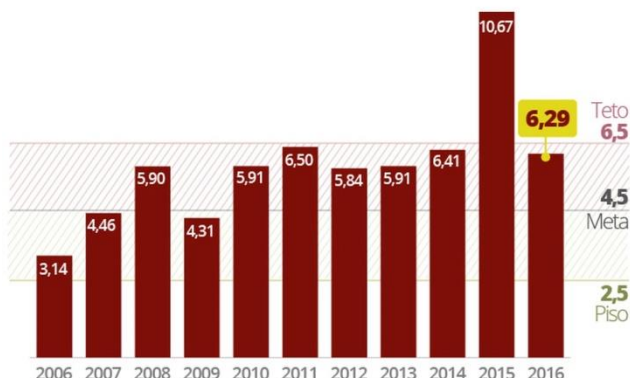
A estimativa mais recente dos economistas do mercado financeiro apontava que o IPCA chegaria no final de 2016 a 6,35%, segundo o boletim Focus, do BC.

Alimentação e saúde - Tanto em dezembro quanto em 2016, foi a alta dos alimentos que impediu o IPCA de registrar uma desaceleração ainda maior - grupo com o maior peso no cálculo do índice. A alta de preços desse grupo de despesas acelerou a 8,62% no ano passado, depois de avançar mais de 12% em 2015.

O IBGE atribui essa alta dos alimentos à produção agrícola brasileira, que ficou 12% abaixo da colhida em 2015. "O consumidor passou a pagar, em média, 8,62% mais caro do que em 2015 para adquirir alimentos", diz, em nota.

Inflação Oficial

IPCA desacelera e fecha 2016 abaixo do teto da meta do BC (IPCA, em %)



Fonte: IBGE



Infográfico elaborado em: 11/1/2016

Entre os alimentos, os maiores impactos partiram dos aumentos de feijão (56,56%), farinha de mandioca (46,58%), leite em pó (26,13%) e arroz (16,16%). Em compensação, caíram os custos de tomate (-27,82%), batata inglesa (-29%) e cebola (-36,5%).

"A mandioca pressionou muito no índice do ano. A mandioca encerrou o ano com 46,58% a mais em função de problemas na oferta da mandioca. Isso influencia principalmente na alimentação no Nordeste", explicou Eulina Nunes dos Santos, coordenadora de índices de preços do IBGE.

Preço dos alimentos influenciou alta do IPCA em dezembro e em 2016, segundo o IBGE.

Também contribuíram com o aumento geral dos preços da alimentação os alimentos consumidos em casa, que subiram 9,36%, e os consumidos fora de casa, que ficaram 7,22% mais caros em 2016.



"Em anos mais abastados, você tem o crescimento na procura por restaurantes e bares. Nos últimos anos, ocorre uma queda no serviço, as pessoas preferem os alimentos que são feitos no domicílio. Isso é efeito da crise. A refeição fora fica pressionada, porque eles passam a não poder repassar aos consumidores os aumentos dos alimentos", afirmou a pesquisadora.

Os preços relativos a saúde e cuidados pessoais também pressionaram o IPCA deste ano ao atingir a maior alta entre todos os grupos de despesas analisados para o cálculo desse indicador. De 9,23% em 2015, a variação passou para 11,04% no ano seguinte.

O resultado foi puxado principalmente pelo reajuste dos planos de saúde, que chegou a 13,55% - a maior taxa desde 1997 - e pelos remédios, que ficaram 12,5% mais caros: a taxa mais elevada desde 2000.

O grupo de gastos com transportes também tem grande peso no cálculo do IPCA. Assim como os alimentos, os transportes também ajudaram a frear um aumento maior da inflação em 2016. De 10,16%, a taxa foi para 4,22%. Influenciaram os preços de transporte público (7,78%). Já as passagens aéreas fecharam o ano com queda de 4,88%.

Os brasileiros também tiveram de gastar mais com educação. A alta, de 8,86% em 2016 (9,25% em 2015), foi influenciada pelo aumento dos preços dos cursos regulares, de 9,12%. As despesas pessoais também pesaram bem no bolso. A alta de 8% desse grupo foi principalmente puxada pelos custos com empregado doméstico, 10,27%, ficando acima do IPCA.

Os preços dos gastos relativos à habitação também subiram em 2016, 2,85%, mas num ritmo mais fraco do que o visto no ano anterior, quando a alta chegou a 18,31%. Segundo o IBGE, a principal contribuição partiu da energia elétrica, que ficou 10,66% mais barata.

Segundo o IBGE, entre as regiões metropolitanas analisadas, Fortaleza registrou a maior variação, de 8,34%, puxado pela alta acima de 12% de alimentação e bebidas naquele local. Por outro lado, foi em Curitiba que os preços subiram menos, 4,43%. As contas de energia elétrica tiveram redução de 21,53%. Em 2015, o IBGE lembra que a capital paranaense havia acumulado a maior variação, de 12,58%.

De acordo com Eulina, dos 373 itens pesquisados pelo IBGE, 120 deles aumentaram mais que 10% em 2016. Em 2015, o número de índices que tiveram reajuste acima de 10% chegou a 160.

Repercussão - Segundo economistas, a recessão é responsável por grande parte da contenção dos preços nos últimos meses e seguirá fazendo esse papel ao longo de 2017, quando a inflação tende a se aproximar mais do alvo central de 4,5%. Neste ano, o teto da meta de inflação é de 6%.

O resultado do IPCA em 2016 ficou abaixo da média de 6,34% estimada por 25 economistas



consultados pelo Valor Data, segundo o Valor Online.

Para Rogério Mori, professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV/EESP), a queda da inflação no ano está claramente associada ao forte desaceleração da atividade econômica do país.

Mori destaca que algumas pressões inflacionárias devem ocorrer nesse início deste ano. “A alta dos preços de materiais escolares, matrículas e mensalidades devem pressionar a inflação. No entanto, essas pressões devem ser pontuais”.

Para ele, a inflação deverá fechar 2017 próxima do centro da meta, de 4,5%, ou seja, a trajetória de queda dos juros deve prosseguir, o que se traduzirá em uma diminuição da rentabilidade das aplicações de renda fixa ao longo do ano.

INPC - O IBGE também divulgou o Índice Nacional de Preços ao Consumidor. Em dezembro, o indicador ficou em 0,14% e fechou 2016 em 6,58%. Esse índice, usado no reajuste de salários, é calculado entre as famílias com renda mensal até seis salários mínimos nas nove principais regiões metropolitanas do país, além do município de Goiânia e de Brasília.

Raio X do IPCA

O índice é calculado pelo IBGE desde 1980 e se refere às famílias com rendimento de 1 a 40 salários mínimos de dez regiões metropolitanas, além de Goiânia, Campo Grande e Brasília.

No cálculo do índice de dezembro, por exemplo, foram comparados os preços pesquisados de 1º a 29 de dezembro de 2016 (referência) com os preços vigentes de 28 de outubro a 30 de novembro de 2016.

Queda da inflação fortalece aposta de economistas de redução maior dos juros

A forte desaceleração da inflação oficial, divulgada nesta quarta-feira (11), fortalece a aposta dos economistas de que o Comitê de Política Monetária (Copom) vai acelerar o ritmo de redução da taxa básica de juros (Selic). Depois de duas reduções de 0,25 ponto, o grupo se reúne nesta tarde, quando deverá anunciar mais um corte. Hoje, os juros estão em 13,75% ao ano.

Rogério Mori, professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, considera que a taxa Selic deverá cair nesta quarta-feira e seguir ritmo ao longo do ano. Em 2016, a inflação fechou em 6,29%, abaixo do teto de metas em vigor no país. A estimativa mais recente dos economistas dizia que o IPCA chegaria no final do ano a 6,35%.

“A queda deve ficar em meio ponto percentual, o que levará a taxa Selic para 13,25% ao ano. Essa queda se alinha, de um lado, com a convergência da inflação para o centro da meta, de 4,5%, e, por outro, com o debilitado ritmo da atividade econômica brasileira. Nesse sentido, a queda recente da inflação abriu espaço para cortes na taxa de juros por parte do Banco Central, o que estimulará a demanda e a produção no médio prazo”, diz.

Segundo ele, se o comportamento da inflação for mesmo de queda e se a economia brasileira continuar debilitada, podem haver cortes mais agressivos na taxa básica de juros. “Há ainda o cenário externo, não sabemos como será a economia americana com Donald Trump”, diz.



Segundo Mori, o mercado trabalha com taxa de juros de 10,5% até o final de 2017.

Apesar da queda nos juros, Mori recomenda cautela para os consumidores. “O ritmo da atividade econômica brasileira segue fraco e a tendência do desemprego é de elevação no primeiro trimestre do ano. Nesse sentido, não é recomendável que novas dívidas sejam assumidas nesse cenário. Ao mesmo tempo, a queda da Selic traz algum alívio marginal para quem está endividado, uma vez que as taxas de juros devem registrar algum recuo. De qualquer forma, o quadro atual inspira conservadorismo em termos de gastos e de dívidas”.

Para o professor de finanças da Fundação Instituto de Administração (FIA), Alexandre Cabral, o "problema" da inflação está bem encaminhado, o que deverá pressionar o Copom a baixar mais os juros.

Cortes - Em outubro, o BC realizou o primeiro corte na Selic em quatro anos, quando ela passou de 14,25% para 14%. Em novembro, o comitê fez o segundo corte, e a taxa foi para 13,75%, patamar atual. O mercado espera que o Copom anuncie nesta quarta um corte mais agressivo, de 0,50 ponto percentual, o que levaria a Selic para 13,25% ao ano.

Alguns economistas apostam num corte ainda maior, de 0,75 ponto percentual. Em relatório divulgado para clientes, o Itaú afirma que “a queda na inflação corrente (mais intensa e difundida do que o esperado) e a perspectiva de retomada econômica ainda mais lenta do que se antecipava sugerem um corte mais agressivo na taxa de juros. Acreditamos que o Copom irá reduzir a Selic em 0,75 ponto percentual, que nos parece ser consistente com a sua comunicação

atual, bem como com os últimos indicadores econômicos”.

Série de cortes - A expectativa dos economistas de bancos ouvidos pelo BC é que o Copom, que se reúne a cada 45 dias, continuará a reduzir a taxa de juros nos próximos meses. Para o final de 2017, eles estimam uma Selic de 10,25% ao ano.

O aumento dos juros, ou sua manutenção em um patamar elevado, é o principal mecanismo usado pelo BC para frear a inflação. O objetivo é encarecer o crédito e reduzir o consumo no país. Juros altos, no entanto, prejudicam a atividade econômica e, conseqüentemente, inibem a geração de empregos. Quando o Banco Central julga que a inflação está compatível com as metas preestabelecidas, pode baixar os juros.

Para 2016, 2017 e 2018, a meta central é de inflação em 4,5%. Entretanto, o sistema prevê um piso e um teto, que é de inflação em 6,5%, em 2016, e em 6% em 2017 e 2018.

Indústria cresce em apenas 5 dos 14 locais pesquisados

A produção industrial cresceu em apenas 5 dos 14 locais pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em novembro, conforme pesquisa divulgada nesta quarta-feira (11). A indústria brasileira registrou leve alta na comparação com outubro de 0,2%.

Os avanços mais intensos ocorreram no Pará (6,6%), Minas Gerais (5,9%) e Amazonas (4,4%), locais que mostraram taxas negativas no mês anterior: -5,2%, -7,9% e -2,3%, respectivamente. Paraná (2,4%) e São Paulo (1,6%) também cresceram acima da média da



indústria, enquanto Santa Catarina (0%) repetiu o patamar verificado no mês anterior.

Na comparação com novembro do ano passado, a indústria recuou 1,1% - a menos intensa desde março de 2014, quando caiu 0,4%. No ano, o setor acumula baixa de 7,1% e, em 12 meses, de 7,5%.

Região Nordeste (-5,2%) e Pernambuco (-4,9%) apontaram os resultados negativos mais acentuados em novembro. No primeiro caso, a queda foi maior que a de outubro, de 1,2%. No estado de PE, a baixa elimina a expansão de 1,7%. As demais taxas negativas foram ocorreram na Bahia (-2,1%), Ceará (-1,9%), Goiás (-1,6%), Rio de Janeiro (-1,2%), Rio Grande do Sul (-0,8%) e Espírito Santo (-0,5%).

Comparação anual - Na comparação com novembro de 2015, o setor industrial caiu em nove dos 15 locais pesquisados, com Goiás registrando o recuo mais intenso, de 16,6%. Pernambuco (-6,4%), Bahia (-5,4%), Espírito Santo (-4,5%), Ceará (-4,4%), região Nordeste (-3,3%), Santa Catarina (-1,8%) e Rio Grande do Sul (-1,7%) também registraram resultados negativos mais acentuados do que a média nacional (-1,1%).

Minas Gerais (-0,3%) completou o conjunto de locais com taxas negativas.

Pará (9,8%) mostrou o avanço mais elevado, impulsionado, principalmente, pelo comportamento positivo vindo de indústrias extrativas (minérios de ferro em bruto). Os demais resultados positivos foram assinalados por Paraná (6,2%), Rio de Janeiro (4,8%), Amazonas (4,3%), São Paulo (1,3%) e Mato Grosso (0,3%).

No acumulado do ano, até novembro, a redução na produção nacional foi em 14 dos 15 locais pesquisados, com quatro deles recuando mais que média nacional (-7,1%): Espírito Santo (-20,3%), Amazonas (-11,7%), Pernambuco (-10,8%) e Goiás (-8,8%).

Minas Gerais (-6,8%), São Paulo (-5,6%), Paraná (-5,1%), Ceará (-4,8%), Bahia (-4,7%), Rio de Janeiro (-4,5%), Rio Grande do Sul (-4,4%), Santa Catarina (-4,0%), região Nordeste (-3,4%) e Mato Grosso (-1,1%) completaram o conjunto de locais com resultados negativos no fechamento dos 11 meses do ano. Por outro lado, Pará (9,3%) assinalou o único avanço no índice acumulado no ano, impulsionado, principalmente, pelo comportamento positivo vindo de indústrias extrativas (minérios de ferro em bruto).

Oposição admite apoiar Maia para a Presidência da Câmara

Mesmo com a presença de um deputado do PDT na disputa pela presidência da Câmara, partidos que fazem oposição ao presidente Michel Temer, entre os quais PT e PCdoB, estudam apoiar a possível candidatura à reeleição do atual



presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), aliado do Palácio do Planalto.

Até agora, oficialmente, somente os deputados Rogério Rosso (PSD-DF) e Jovair Arantes (PTB-GO) lançaram as candidaturas deles. André Figueiredo (PDT-CE) já anunciou a pré-candidatura e Rodrigo Maia, mesmo que não confirme oficialmente, já iniciou uma campanha informal e disse que "caminha" para disputar o cargo mais importante da Câmara.

Principal partido da oposição ao governo Temer, o PT já foi procurado por todos esses deputados. De acordo com o novo líder da bancada, Carlos Zarattini (PT-SP), o mais importante é garantir que, com a segunda maior bancada da Casa, a legenda tenha direito indicar cargos para a Mesa Diretora.

"Para exercermos nossa força de oposição, temos que ter nosso espaço político representado [na Mesa Diretora]. É importante que esse espaço exista", afirmou. Atualmente, o PT não ocupa nenhuma cadeira no comando da Câmara.

O partido marcou para o próximo dia 17 uma reunião na qual definirá qual posição adotar em relação à disputa pela presidência da Câmara.

É esperada, também para o dia 17 deste mês, uma definição por parte do PCdoB sobre a eleição de fevereiro na Câmara.

Na avaliação do líder da bancada, Daniel Almeida (PCdoB-BA), Rodrigo Maia é o deputado que tem mais chances unificar os partidos da Casa.

'Grande incoerência' – O deputado André Figueiredo disse que tentará convencer os colegas da oposição a apoiá-lo até o dia 17 (antes das reuniões de PT e PCdoB).

Para ele, porém, é uma "grande incoerência" partidos que fazem oposição ao



Palácio do Planalto apoiarem um aliado de Michel Temer.

Oposição ao governo Temer, os deputados da Rede deverão anunciar uma decisão sobre a disputa pela presidência da Câmara somente nos dias que antecederem a eleição. O PSOL, por sua vez, deve lançar um candidato próprio, com nome ainda indefinido.

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)